



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CNPJ 03.239.043/0001-12**

***Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.***



**Gestão 2013 - 2016**

## **LEI MUNICIPAL Nº. 710/2013.**

**SÚMULA: “INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, ECONÔMICO E SOCIAL”.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,**

**Artigo 1º** - Fica instituído o PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, ECONÔMICO E SOCIAL, vinculado às Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Aquicultura e a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos/Saneamento.

**Artigo 2º** - O PROGRAMA tem como objetivos:

**I** - Incentivar projetos que visem à recuperação ou conservação do solo e do meio ambiente;

**II** – Recuperação de carreadores e cascalhamento de mangueiras;

**III** - facilitar o escoamento da produção agrícola;

**IV** - possibilitar condições de melhoria nas comunidades rurais;

**V** - fomentar e estimular o desenvolvimento agropecuário;

**VI** - capacitar e proporcionar viagens de estudos a produtores rurais.

**Artigo 3º** - O PROGRAMA será desenvolvido com recursos a ele consignados, obtidos através de:

**I** - pagamento de execução de serviços em propriedades particulares no Município, com máquinas rodoviárias e agrícolas, veículos e equipamentos integrantes do parque viário municipal;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CNPJ 03.239.043/0001-12**

***Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.***



**Gestão 2013 - 2016**

**II** - pagamento de execução de serviços em propriedades particulares de munícipes, com máquinas agrícolas e rodoviárias contratadas de terceiros ou cedidas e máquinas do município;

**III** - recursos oriundos de doações, fundos de desenvolvimento, convênios com entidades governamentais ou instituições privadas, e recursos do Município.

**Artigo 4º** - Os serviços a serem prestados aos interessados, com equipamentos rodoviários e agrícolas do Município ou de terceiros, obedecerão às seguintes normas:

**I** - dependerá de despacho autorizativo do Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária para utilização dos equipamentos rodoviários e maquinário agrícola;

**II** - equipamentos rodoviários e agrícolas próprios do Município serão colocados à disposição do PROGRAMA:

**III** - os equipamentos de terceiros ou cedidos para a prestação de serviços ao PROGRAMA deverão ser contratados de acordo com instrumento legal próprio;

**IV** - quando for contratado máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários para prestação de serviços, o valor que o usuário deveria pagar ao Município, o pagará diretamente ao prestador do serviço.

**Artigo 5º** - Poderão se inscrever os agricultores familiares e suas organizações que exploram a terra na condição de proprietários, arrendatários ou parceiros, e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

**I** – utilize seu trabalho direto e de sua família, podendo, eventualmente, ter concurso de mão-de-obra de terceiros;

**II** – tenha, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da renda proveniente da exploração agropecuária;

**III** – resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo;

**Artigo 6º** - Os munícipes interessados nos serviços de máquinas agrícolas e rodoviárias colocadas à disposição deverão proceder a sua inscrição junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.

**Artigo 7º** - A ordem de prestação de serviços será programada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e pelo CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

**Artigo 8º** - Para se habilitar à prestação dos serviços, os usuários do PROGRAMA deverão estar em dia com seus tributos municipais.



**Artigo 9º** - Os serviços que poderão ser locados para trator agrícola são:

- I - lavração;
- II - subsolagem;
- III - gradeação;
- IV - ensilagem;
- V - distribuição de esterco;
- VI – roçada;
- VII - aplicação de herbicidas;
- VIII - distribuição de adubos e corretivos;
- IX - abertura de covas com broca;
- X - semeadura;
- XI - limpeza com pente frontal e com concha frontal;
- XII - encanteiramento;
- XIII - colheita de milho;
- XIV - espalhamento de calcário;
- XV - Cascalhamento de carregadores e mangueiras.

**Artigo 10** - Pela execução dos serviços descritos no artigo anterior, haverá a participação do proprietário, arrendatário ou parceiro beneficiado, mediante o pagamento do correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da hora-máquina vigente no mercado, limitando-se os serviços até 20 horas/ano por propriedade com trator agrícola de, no mínimo, 65cv.

**Artigo 11** - Os serviços que poderão ser locados para máquinas e equipamentos rodoviários e quantidade máxima de utilização por propriedade são:

I – TRATOR SOBRE ESTEIRAS: até 20 horas/máquina/ano - 50% do valor da hora máquina;

II – RETROESCAVADEIRA: até 20 horas/máquina/ano - 50% do valor da hora máquina;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CNPJ 03.239.043/0001-12**

***Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.***



**Gestão 2013 - 2016**

**III – ESCAVADEIRA HIDRÁULICA:** até 20 horas/máquina/ano - 50% do valor da hora máquina;

**IV – ROLO COMPACTADOR:** até 10 horas/máquina/ano - 50% do valor da hora máquina;

**V – MOTONIVELADORA:** até 10 horas/máquina/ano - 50% do valor da hora máquina;

**VI – PÁ CARREGADEIRA:** até 30 horas/máquina/ano - 50% do valor da hora máquina;

**VII – CAMINHÃO DIESEL BASCULANTE:** até 30 horas/máquina/ano - 50% do valor da hora máquina;

**VIII – CAMINHÃO DIESEL CARROCERIA DE MADEIRA:** até 20 horas/máquina/ano - 50% do valor da hora máquina.

**§1º** - No caso de utilização de trator sobre esteiras e escavadeira hidráulica, o solicitante deverá arcar com os custos de transporte do equipamento.

**§2º** - Em se tratando de sobras de destocamento, o produtor deverá se responsabilizar pelo destino final.

**Artigo 12** - O produtor que necessitar de aterro deverá apresentar autorização, por escrito, do proprietário da área de onde será retirado o material.

**Artigo 13** - Os valores para à hora máquina dos serviços prestados com máquinas e equipamentos rodoviários serão reajustados por decreto quando for maquinário próprio ou obtidos mediante processo licitatório quando se tratar de equipamento contratado.

**Artigo 14** - Os recursos oriundos da locação de serviços realizados serão destinados ao PROGRAMA em conta bancária própria, bem como os oriundos de doações, fundos de desenvolvimento e convênios com entidades governamentais ou instituições privadas, e recursos do Município.

**Artigo 15** - O pagamento dos serviços prestados com máquinas próprias deverá ser efetuado junto à Secretaria Municipal da Fazenda, ou junto à rede bancária instalada no Município, mediante GUIA DE RECOLHIMENTO emitida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, até 30 (trinta) dias após a execução e conclusão dos serviços.

**Parágrafo único.** O não pagamento dos serviços prestados, no prazo estabelecido, determinará sua inscrição em dívida ativa e penalidades estabelecidas no Código Tributário Municipal.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CNPJ 03.239.043/0001-12**

***Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.***



**Gestão 2013 - 2016**

**Artigo 16** - A Secretaria Municipal da Fazenda manterá os controles contábeis e financeiros da movimentação dos recursos do Programa, emitindo, quando solicitado, demonstrativo da receita e da despesa.

**Artigo 17** - O planejamento para aplicação dos recursos obtidos através do Programa ficará a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS conjuntamente, bem como a definição dos projetos prioritários e a avaliação das ações realizadas.

**Artigo 18** - Nenhum produtor será beneficiado duas vezes, no mesmo período, sem que outros interessados e habilitados tenham sido beneficiados ao menos uma vez.

**Artigo 19** - O Poder Executivo, no regulamento, disporá sobre a elaboração dos formulários para as solicitações dos serviços, controle das horas trabalhadas, guias de recolhimento, para projetos, laudo técnico e outros documentos necessários para a execução da presente Lei.

**Artigo 20** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 21** - Revogam-se as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT,  
Em, 02 de Abril de 2013.**

**ANTONIO DOMINGO RUFATTO  
Prefeito Municipal**